

CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS
CTCOB
ATA DA 44ª REUNIÃO

5Data: 14 de setembro de 2006

6Local: Mini Auditório da SRH- Brasília

7

8PARTICIPANTES:

- 9▪ Ministério da Integração Nacional: Paulo R. Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br)
10▪ Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Rodrigo Flecha-(rodrigof@ana.gov.br)
11▪ Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRH: Rodrigo Speziali (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
12▪ Ministério da Agricultura-MAPA: Eduardo Cadavid (educa@sede.embrapa)
13▪ Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidades.gov.br)
14▪ Ministério das Minas e Energia: Gualter Carvalho Mendes (gualtermendes@mme.gov.br)
15▪ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos-PR/MT: Enéas Souza Machado (eneas@pr.gov.br)
16▪ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos-ES/MG: Marcelo Garcia Miranda Diniz
17(mdiniz@iema.es.gov.br)
18▪ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- RJ/SP: Maria Aparecida B. P. Vargas
19(vargasma@terra.com.br)
20▪ Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior
21(decio.michellis@gruporede.com.br)
22▪ Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
23Elizabeth Costa de Oliveira (liza.rj@terra.com.br)
24▪ Usuário/Irrigantes: Lincoln C. Curado (lincolncurado@terra.com.br)
25▪ Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho
26(azefilho@hotmail.com)
27▪ Usuário/Indústria: Patrícia Boson (tita@uaigiga.com.br)
28▪ Comitês de Bacias Hidrográficas: Luiz Roberto Moretti (lmoretti@sp.gov.br)
29▪ Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Marcelo Alexandre Costa
30Batista (imprensapcj@agua.org.br)
31▪ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Francisco José Lobato da Costa
32(fjlobato@uol.com.br)

33

34CONVIDADOS:

- 35▪ Eliane Pinto Barbosa (ebarbosa@ceivap.org.br)
36▪ Milton C. Lima (milton.lima@ana.gov.br)
37▪ Andrey B. Silva (andrey.silva@fazenda.gov.br)
38▪ Moisés P. Gomes (moises.gomes@ana.gov.br)
39▪ Fernando Ramos Mendes (fernando.mendes@mme.gov.br)
40▪ Luiz Fernando de Arruda Gonçalves (luiz.goncalves@copel.com)
41▪ Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
42▪ Walder Suriani (aesbe@aesbe.org.br)
43▪ Rodrigo L. Mattioli (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
44▪ Veroni Korilo (veroni.korilo@mma.gov.br)
45▪ Patrick Thadeu Thomas (patrick@ana.gov.br)

46

47•RELATORIA:

- 48▪Ednaldo Mesquita Carvalho - SRH/MMA - Tel.: (61) 4009-1809

49(ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

50

51 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

52 No dia 14 de setembro do ano dois mil e seis, com início às 09h45min, a Câmara Técnica de
53 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos
54 - CNRH realizou sua 44.ª reunião em Brasília convocada há doze dias, tendo como relator o
55 senhor Ednaldo Mesquita Carvalho, com a presença de 17 dos seus membros e 10 convidados.
56 Como informe, a Sra. Maria Aparecida Vargas, do CEIVAP, comunicou que o Comitê havia
57 concluído a revisão da nova metodologia e critérios para a Cobrança pelo uso dos Recursos
58 Hídricos na bacia. Informou que, nos próximos dias, será realizada reunião de Câmara Técnica
59 para concluir e validar os trabalhos. Mencionou sua intenção de ativar o GT-Acompanhamento
60 da Cobrança no CEIVAP da CTCOB, para que o mesmo possa reunir antes da reunião da CT
61 onde, possivelmente, a nova metodologia e critérios de cobrança serão analisados. *Item 1-*
62 *Eleição do novo presidente da CTCOB para o período de 31/07/2006 a 31/07/2007* - O relator
63 Sr. Ednaldo foi encarregado pelos presentes para desenvolver o processo para a eleição do novo
64 presidente da CT. Comentou inicialmente sobre alguns aspectos inerentes à CTCOB que iniciou
65 suas atividades, conforme resolução 21 do CNRH, em 25/06/2002. Até o momento foram
66 realizadas 44 reuniões, sendo 38 a partir de 01/01/2003. Como realizações destacou: Resolução
67 n.º 48 de 21/03/05 que "Estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos Recursos
68 Hídricos no Brasil"; as moções de n.º 20 e 26 destinadas a vários Ministérios e Casa Civil,
69 objetivando minimizar o contingenciamento que incide sobre recursos da Cobrança do Setor
70 Elétrico, e ainda a realização de três oficinas com participação média de 80 pessoas, sendo duas
71 em Brasília e uma no Rio de Janeiro, abordando os temas "A cobrança no Setor
72 Elétrico", "Fluxos dos recursos da Cobrança", "Pacto federativo e a cobrança pelo uso da Água".
73 A câmara participou DIRETAMENTE dos processos de implementação da cobrança, bem como
74 das Agências de Bacia (entidades delegatárias) nas bacias do Rio Paraíba do Sul e Piracicaba,
75 Capivari e Jundiaí. No momento estão sendo discutidos na CTCOB os seguintes assuntos:
76 Proposta de Resolução para o estabelecimento de prioridades para aplicação dos recursos da
77 cobrança e o estabelecimento de critérios para o pagamento pelo uso das águas transpostas da
78 bacia do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu, no estado do Rio de Janeiro. Em seguida, os
79 Senhores Décio Michelis Júnior e Rodrigo Speziali de Carvalho apresentaram-se como
80 candidatos para desempenhar a função de presidente da CTCOB. Para explicar os motivos que os
81 levaram a pleitear a função, o Sr. Décio inicialmente agradeceu o apoio que todos os presentes
82 deram à CT durante os seus mandatos anteriores. Ponderou que os fatos mostram suas
83 realizações à frente da CT e finalizou, dizendo que um presidente de uma CT do CNRH deve
84 sempre estar pronto para servir e não para ser servido. O Sr. Rodrigo informou que a SRH,
85 representada por ele, pleiteia a presidência da CT para criar links mais próximos ao discurso do
86 Plano Nacional de Recursos Hídricos. Pretende também mudar a estratégia para discussão do
87 tema que trata dos recursos da cobrança. Antes do início de pausa de 10 minutos, sugerida pelo
88 Sr. Wilson para articulações, as representantes do Setor Indústria contextualizaram com respeito
89 aos candidatos apresentados, sem qualquer demérito aos candidatos que se apresentaram. A
90 conselheira Patrícia Boson manifestou-se a favor da continuidade do Sr. Décio à frente da CT,
91 disse que o poder público federal tem quatro representações à frente de CT's, e que a única CT
92 que é gerida pelos usuários é a CTCOB, por sinal, concluiu "a cobrança só recai sobre este
93 segmento, os usuários". Pelos motivos expostos, defendia a continuidade da gestão do Sr. Décio.
94 Ponderou ainda a Conselheira que brevemente ocorrerá mudança de Governo com
95 desdobramentos até na CTCOB. Sugeriu o adiamento da eleição. A Sra. Cristina Yuan
96 rememorou as discussões ocorridas na plenária do CNRH, visando a ampliação no número de
97 conselheiros, cuja tentativa não prosperou. Ressaltou que o governo mantém a maioria no
98 CNRH, e que não é nas CTs que as decisões são definidas e sim nas plenárias. Lembrou a todos
99 que as CTs são de assessoramento ao CNRH e que é importante um equilíbrio de forças na
100 coordenação das mesmas, sabendo que o governo terá maioria nas plenárias para decidir. Diante
101 destas ponderações, recomendou que deveria ser privilegiada, na CTCOB, a permanência do
102 representante dos usuários à frente da Câmara. A Sra. Elizabeth comentou que o setor de

103saneamento, representado por ela, tem sofrido muito com o governo pela ausência de um marco
104regulatório para o setor, por isso não gostaria de ter à frente da CT um representante do Governo
105Federal. Após cumprimento da pausa de 10 minutos solicitada, entendimentos foram feitos para
106se decidir a forma de votação, optou-se pelo voto aberto. A partir desta decisão outros membros
107da CT houveram por bem manifestar-se. O Conselheiro Francisco Lobato registrou que se
108achava desconfortável por não ter participado antes da CT e que as referências que tinha foram a
109ele passadas pelo Sr. Jairo. Ele esperava que houvesse uma composição em função dos objetivos
110da CT para se chegar ao nome ideal para liderar a CTCOB, o que não está acontecendo no
111momento. A Sra. Elizabeth manifestou “estar envergonhada diante dos fatos” porque, no dia
112anterior, ela havia recebido um telefonema com orientações para votar com o governo. Relatou
113inclusive que teria havido uma reunião no seu Estado, onde diversos Órgãos participaram,
114inclusive do governo federal. O Sr. Rodrigo Flecha perguntou se ela se referia à ANA como a
115entidade federal que teria participado da reunião, onde o assunto foi ventilado. A Sra. Elizabeth
116disse que sim, e ainda que na reunião ocorrida no Rio de Janeiro, a ANA teria orientado a
117SERLA com respeito à reunião da CTCOB e que após, ela teria recebido as orientações
118mencionadas. O Sr. Rodrigo Flecha solicitou ainda o nome da pessoa que teria ligado a ela,
119dando-lhe a orientação no sentido de votar com o governo. A Sra. Elizabeth preferiu não
120manifestar-se. Por oportuno, a Sra. Maria Aparecida Vargas relatou que no dia anterior à
121reunião, ela teria ligado à ANA, falou com o Diretor Oscar Cordeiro e este teria dito que a
122posição da agência era de não fazer apologia a nenhum nome dos que estavam colocados para
123presidente da CTCOB. Encerradas as manifestações, procedeu-se aos encaminhamentos para a
124votação e por 11 votos a 6, o Sr. Rodrigo Speziali de Carvalho foi eleito o presidente da CTCOB
125para o período de 01/08/06 até o dia 31/07/07. Imediatamente, a Conselheira Patrícia Boson
126solicitou ao novo presidente da CT que fosse encaminhado à CTIL uma sugestão de mudança de
127regimento que viesse a impedir a reeleição de presidentes de Câmaras Técnicas, porque as
128reeleições não são boas para as CTs e nem mesmo para o CNRH. Apoiaram a sugestão o
129Presidente da CT e o Sr. Rodrigo Flecha que, inclusive, recomendou um rodízio entre os
130segmentos. Já na função de presidente da CT, o Sr. Rodrigo Speziali agradeceu a todos pela
131presença e cumprimentou o Sr. Décio Michellis Júnior pelos excelentes serviços prestados à
132implementação da Cobrança quando da sua gestão a frente da CTCOB por 43 reuniões. Disse ter
133como objetivo principal da sua gestão o trabalho conjunto com o apoio de todos os membros.
134Item 2 da pauta- *Informes e aprovação da ata da 43ª reunião.* Com pequena correção a ata da
13543ª reunião foi aprovada. Como informe, o presidente da CT leu o ofício nº 270/2006-AA/ANA
136de 08/07/06 que encaminha informações sobre a aplicação dos recursos oriundos da
137compensação financeira e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Foi inclusive distribuída
138para todos a Programação Prioritária 2006 da ANA, relacionada à “Aplicação da receita da
139cobrança pelo uso de recursos hídricos”, foi mostrado também o Relatório de Gestão/Prestação
140de Contas Exercício 2005 da ANA. Para detalhar e melhor explicar sobre as questões
141orçamentárias inerentes aos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, foi convidado o
142Sr. Moisés, técnico da Agência Nacional de Águas. Foi apresentado com o auxílio de slides
143anexos, informações sobre como a ANA vem tratando as fontes orçamentária 134 e 116, e
144também como vem sendo feito o planejamento orçamentário da agência. Foram apresentados o
145Ciclo do Planejamento e o tratamento que foi dado pela ANA às demandas levantadas pela
146CTCOB junto aos comitês em 2005, pelo ofício circular n.º 113/2004/CNRH/MMA de
14717/11/2004. Comentou ainda o Sr. Moisés sobre a reserva de contingência que ocorre nos
148valores arrecadados, gerando perdas enormes na fase de planejamento. Informou que no
149momento existem boas perspectivas que estão sendo discutidas junto ao MPO e MMA, no
150sentido de minimizar estes impactos e pediu ajuda da CTCOB na busca de solução para estes
151problemas. Ao final, comentou rapidamente sobre os recursos da cobrança “condomínial”
152apropriados na fonte 116, cuja dotação e repasse são formalizados mediante contrato de gestão.
153A Conselheira Patrícia Boson fez comentários sobre o que foi dito, entre outras coisas, sobre a
154não participação da sociedade no ciclo do planejamento apresentado. Na sua opinião, o

155Planejamento Orçamentário no País é uma peça de ficção, porque se arrecada com o setor
156elétrico R\$ 176 milhões e ocorre repasse de R\$ 56 milhões. Isto é de fato ficção, comentou a
157conselheira. Insistiu em dizer que o percentual de 0,75% do setor elétrico é cobrança pelo uso
158dos recursos hídricos, explicou que fica difícil para ela explicar para os demais usuários que um
159setor paga pelo uso da água, mas seus recursos ficam contingenciados. Diante do que foi dito,
160sugere que não se deve implementar a cobrança em nenhuma outra bacia, enquanto não for
161resolvido este impasse. Afirmou que a própria CTCOB perderá sua credibilidade se esta não
162participar e liderar este processo que viabilize o repasse de 100% dos recursos arrecadados para
163a ANA. Recomendou que a CTCOB eleja rapidamente quais seriam suas prioridades para o
164próximo período. Foi perguntado ao Sr. Moisés, se os limites orçamentários da ANA eram
165constrangidos pelos recursos da fonte 116. O Sr. Newton, também da ANA, informou que no
166início sim, mas que atualmente não, porque é uma despesa obrigatória, acredita que o mesmo
167procedimento possa vir a ser adotado para a fonte 134. O Sr. Rodrigo Flecha reforçou que os
168recursos da fonte 116 têm o seu planejamento e utilização previsto pelos Comitês. O Conselheiro
169Francisco Lobato ponderou que para a implementação do sistema, há necessidade de integração
170ou “casamento genético” entre o sistema e o aparelho de estado. Continuou, dizendo que
171natureza jurídica da cobrança como preço público, fez com que a cobrança tivesse determinados
172limites. Disse que internamente a ANA deveria pressionar o MPOG para que os recursos da
173cobrança fossem de fato disponibilizados para não se perderem na burocracia do Estado.
174Concluiu, dizendo que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, é uma nova fonte de receita. O
175MPOG deveria perceber que, ao apoiar o instrumento disponibilizando integralmente os recursos
176arrecadados, a pressão sobre o orçamento do Estado tende a diminuir. O Conselheiro Walder
177Suriani rememorou os pilares da política de recursos hídricos, entre eles a cobrança a ser
178realizada pelos usuários pagadores. Com o contingenciamento, um dos pilares está sendo
179removido, ficando a situação muito grave, a não cobrança ou o não pagamento deveria ser uma
180forma de pressão. Ao final, disse que o bom senso prevaleceu com o retorno do PRODES como
181programa da ANA. O Sr. Rodrigo Flecha concordou com a manifestação do Sr. Francisco
182Lobato e complementou, dizendo que o problema é a inexistência de governabilidade sobre o
183tema. Pensa que no momento em que a Lei 9.433 comemora 10 anos, este assunto deveria ser
184tema de reflexão. Informou que a ANA está pressionando o MPOG e sugeriu que estratégias
185mais nobres venham a ser adotadas, ao invés da elaboração e aprovação de deliberações pelo
186CNRH, como hoje vem ocorrendo. O Conselheiro Lobato afirmou que o papel da CTCOB é
187formalizar para outros órgãos da sociedade a sua posição. A Conselheira Patrícia Boson
188concordou em parte com o que foi dito pelo Sr. Rodrigo Flecha, entende que a resolução em
189questão tem que avançar, por outro lado acha que a CTCOB tem que retornar ao seu papel de
190buscar a solução para a disponibilização do total de recursos oriundos dos 0,75% do setor
191elétrico. Lembrou que a CSN ao depositar em juízo os recursos devidos ao CEIVAP/AGEVAP
192contribuiu com a promulgação da Lei 10.881. Pondera a Conselheira que existe força política
193para tratar o assunto e que o GT Interministerial deveria ter aprofundado a questão. Finalizou,
194dizendo que os recursos oriundos do Setor elétrico devem ser integralmente disponibilizados à
195ANA e não ao MMA. De forma geral foi mencionado por outros membros as questões sobre
196janelas ou espaços orçamentários e hierarquia legislativa. O Presidente da CT concordou com as
197visões apresentadas, externando que os problemas não são institucionais dos recursos hídricos e
198sim mais amplos. Citou que existem leis anteriores, como a Lei nº 4.320, de 17/03/1964, que
199estatuí normas gerais de direito financeiro que ainda causam entraves, como os que foram
200colocados. Comentou que o GT- Interministerial, no qual ele representou a SRH, contribuiu
201também com a promulgação da Lei 10.881, bem como propiciou, na LDO a garantia necessária
202para a vinculação da receita da cobrança na fonte 116. Mencionou ainda que, na fonte 134, estão
203também inclusos os *royalties* de Itaipu. O Sr. Wilson também reforçou a importância da CTCOB
204pautar o aprofundamento dos estudos na busca de solução para a destinação integral dos recursos
205oriundos do Setor Elétrico - 0,75%, para o MMA/ANA. Insistiu em dizer que há muito trabalho a
206ser feito, relacionado às questões ambientais. O tema faz parte do discurso político, mas não é

207prioridade no governo federal e muito menos nos governos estaduais. Finalizou, dizendo que
208com os recursos hídricos ainda é pior porque o tema é de segunda categoria, aqueles que são de
209primeira categoria têm recursos no orçamento federal. A Conselheira Patrícia declarou que se
210sentia constrangida em discutir algo avançado, importante e moderno e esbarra em questões
211burocráticas simples. Como solução para os problemas relatados, voltou a comentar sobre o
212exemplo da Rede Sarah, para a qual nunca faltam recursos orçamentários. Como proposta ou
213sugestão de encaminhamento, sugeriu a constituição de um Grupo de Trabalho para tratar a
214questão. Caso haja a necessidade de consultoria, a contratação deveria ser feita através da SRH
215ou ANA para de fato equacionar o problema. O Sr Gualter disse que devido ao fato de que as
216propostas estão muito difusas, recomendou que na nova gestão do Sr. Rodrigo Speziali seja feito
217um planejamento para serem colhidas sugestões de pauta a serem aprovadas pela CT. *Item 3-*
218*Análise da Deliberação CEIVAP nº 52/2005, nota técnica da ANA, e proposta de resolução ao*
219*CNRH relacionadas à “Metodologia e critérios para a cobrança pelo uso das águas captadas,*
220*derivadas e transpostas da bacia do Rio Paraíba do Sul para bacia do rio Guandu”.* No início
221da tarde, o Sr. Rodrigo Speziali deu explicações sobre toda a tramitação do assunto no CEIVAP,
222lembrou inclusive da deliberação CEIVAP n.º 15, de 4/11/2002, que no seu artigo 5º explicita:
223“A cobrança pelo uso das águas captadas, derivadas e transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul
224para a bacia do Rio Guandu terá início no prazo máximo de um ano, contado a partir do início
225efetivo da cobrança, de acordo com critérios a serem negociados e aprovados no âmbito da
226Agência Nacional de Águas, Governo do Estado do Rio de Janeiro, CEIVAP e do Comitê da
227Bacia Hidrográfica do Rio Guandu”. A Sra. Maria Aparecida Vargas, Secretária Executiva do
228CEIVAP, justificou a ausência do CEIVAP e AGEVAP na última reunião da CT, devido às
229comemorações dos 10 anos do CEIVAP, em seguida, passou a palavra para o Sr. Patrick, técnico
230da ANA, para apresentar as explicações da Agência em resposta ao ofício nº 036-
2312006/CNRH/MMA do CNRH, recomendado pela CTCOB, conforme Ofício nº 297/2006-
232AA/ANA. Inicialmente foi feito por parte do Técnico da ANA todo um histórico sobre o assunto,
233mencionando inclusive as Deliberações CEIVAP nº 8, de dezembro 2001, e a nº 15, de
234novembro de 2002. Sempre com o argumento que “todos os que usam a água devem pagar pelo
235seu uso”, relatou inclusive que já havia ouvido reclamações de outros usuários que questionavam
236o não pagamento do setor denominado por ele de “setor transposição”. Rememorou discussões
237anteriores e argumentos utilizados quando dos questionamentos feitos pelos membros da CT e
238mais uma vez explicou todo o sistema de funcionamento e operação do sistema Guandu, e
239principalmente sobre a transposição de até 180m³/seg que é derivado do Rio Paraíba do Sul.
240Mostrou que a água é elevada a uma altura de 50m e, após, cai cerca de 300m gerando energia.
241Comentou que anteriormente o Rio Guandu tinha uma vazão mínima de 9m³/seg, hoje a sua
242vazão mínima é da ordem de 149m³/seg., informou que só a CEDAE retira 45m³/seg para
243abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro. Explicou que o contrato da Light com
244o MME a obriga a operar o sistema, mesmo sem a geração de energia elétrica. A derivação em
245questão é para usos múltiplos e não somente para geração de energia elétrica. Afirmou que pode-
246se dizer que há um “sistema Guandu usuário da bacia do Rio Paraíba do Sul”. Comentando sobre
247o ofício ANA nº 297/2006, foi dito que a ênfase é que existem vários usos para as águas
248transpostas e que a Light como uma das usuárias de fato já paga, mas os demais usuários que se
249beneficiam com a água ainda não pagam pelo seu uso, por isso a metodologia proposta no
250momento em estudo e já aprovada pelo CEIVAP, conforme Deliberação nº 52. Ao final
251recomendou, como está explícito na NT002/ANA, que os mecanismos propostos são adequados,
252que também a CTCOB assim considere. Iniciadas as discussões, o Conselheiro Francisco
253Lobato, referindo-se à Lei nº 9.433/97, comentou que deve haver cobrança por captação,
254lançamento e uso consuntivo, reconhece que o setor elétrico já paga pela captação e que no caso
255em questão, a derivação efetuada pela Light pode ser considerada ter uso consuntivo devido ao
256não retorno da água derivada à calha principal. Lembrou que caso semelhante de pagamento para
257geração de energia e adicionalmente pelo uso consuntivo, já ocorre no Paraná com a COPEL.
258Considera que a Light tem um débito com a Bacia do Paraíba do Sul pelo seu uso consuntivo,

mesmo sabendo que após geração hidrelétrica ocorrem os usos múltiplos comentados, ponderou que ao lado deste outro débito da *Light*, ela deveria ter crédito pelos outros usos dados às águas transpostas, desta forma, seria atenuado o débito existente sobre a mesma *Light*. O que ele não se conforma, disse o conselheiro, é com os 15% arbitrariamente atribuídos para o pagamento. Questionou sobre qual o acordo que poderia ser feito, de tal forma que os recursos pudessem ser utilizados como investimentos na Bacia do Rio Guandu. Contestando o que foi dito pelo Sr. Francisco Lobato, o representante da empresa COPEL, Sr. Luiz Fernando Gonçalves, afirmou que desconhece o acordo citado, ocorrido no Paraná com a empresa representada por ele e que não existe outro pagamento efetuado pela COPEL além daqueles previstos em Lei. A Conselheira Patrícia Boson citou pontos da legislação, relacionados ao pagamento pelo uso da água no setor elétrico, os quais já estão estabelecidos. No caso em questão, disse que o grande débito com a bacia é do governo que não retorna integralmente os 0,75% já pagos pelo setor. Defendeu o que foi aprovado como critério para o pagamento pelo uso das águas transpostas pela *Light*, devidamente explicados na NT002 da ANA, cujos mecanismos e valores sugeridos foram estabelecidos pelo próprio Comitê do Rio Guandu. Ponderou que se de fato a CTCOB não estivesse se sentindo confortável para decidir, que a matéria fosse enviada para a CTIL. O Sr. Enéas opinou, baseado na legislação que a *Light* já paga pela utilização dada por ela à água, porém afirmou que os outros usos de fato não são pagos. Na prática afirmou que o que existe é uma deliberação sem a aprovação do maior usuário, no caso a CEDAE que ainda não paga pelo uso da água. O que existe e se aceitou de fato foi um acordo, na sua opinião: - “prefere um mal acordo do que uma demanda”. Em resposta o Sr. Patrick comentou que existe sim uma metodologia de cobrança sendo proposta pelo Comitê do Rio Guandu sobre os usos consuntivos ou não. Afirma que a *Light* retorna a água, mas para outro rio, portanto não há uso consuntivo como no setor agrícola. Sobre os critérios adotados para se obter o percentual de 15%, disse que o processo foi de negociação e não aquele decorrente de estudos acadêmicos de instrumentos econômicos. Os valores estabelecidos são fruto de negociação e acordo que nem sempre possuem embasamento técnico e deve ser respeitado como pacto. A Secretária Executiva do CEIVAP, Sra. Aparecida Vargas, também adotou o mesmo raciocínio para defender a proposta que foi fruto de um pacto trabalhado por uma comissão especialmente criada para tal, em seguida relatou alguns fatos que refletiram os passos para o acordo firmado. Concorde que procuraram respeitar a Lei nº 4.247 do Estado do Rio de Janeiro, respeitando assim o Comitê do Rio Guandu, concluiu dizendo que enquanto existir a Lei 4.247, está é o instrumento legal. O Sr. Francisco Lobato deixou registrado que os 15% estabelecidos devem ser posteriormente discutidos e aprimorados. Da mesma forma o Sr. Enéas ponderou que de fato é um acordo que deve ser respeitado até que algo melhor venha a ser proposto. A Sra. Elizabeth questionou que o que está sendo proposto para a CEDAE pagar decorrente da transposição, não é legal e não está estabelecido na legislação existente, gostaria de saber onde foi fundamentado tal acordo para pagamento pelas águas transpostas. Concorde que o que houve foi de fato um acordo sem base legal, portanto não há obrigatoriedade legal para o pagamento a ser efetuado. Enfatizou que haverá dificuldades financeiras por parte da CEDAE para efetuar os pagamentos, não pagar é o ideal para a empresa por ela representada. Afirmou novamente que os argumentos apresentados são relacionados a pactos e acordos sem a devida fundamentação legal. O Sr. Wilson disse que era a favor da aprovação da deliberação, mas com condicionantes de aprimoramento posterior, novamente sugeriu que ao invés da deliberação, poderia ter sido feito um convênio entre as partes, mas como foi proposta a deliberação, ele a apoiava nos termos propostos. A Conselheira Cristina Yuan mencionou que desde o início o setor Indústria foi contra a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, porque inicialmente, apenas o setor representado por ela e o do saneamento iriam pagar pela água, relatou inclusive que pretendiam iniciar a cobrança sem regularização completa e sem cadastro de usuários. Afirmou que desde o início, todos aprenderam, erraram e acertaram, disse finalizando que este é o verdadeiro processo de construção. Com respeito à Lei 4.247 do Rio de Janeiro, declarou que já pediu apoio do CNRH contra a promulgação da mesma, responsável por decisões equivocadas tomadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

311 Também concorda que os 15% utilizados como referência são ridículos, inegavelmente, foi uma
312 imposição da Lei 4.247, mas ponderou que ela mesma tem dificuldades para definir o que seria
313 justo, reconhece que as questões são técnicas, políticas e sociais. Comentou ainda que decisões e
314 atitudes como essas devem ser tomadas, imaginando os desdobramentos futuros. Concluiu,
315 dizendo que o que se propõe é transitório, é uma situação emergencial e merece reflexão. O
316 Conselheiro Gualter, de maneira enfática, afirmou que o que se propõe pelo CEIVAP e ANA é
317 consistente, a decisão deve ser favorável com a observação que é transitória. Sobre a
318 participação da *Light* no processo, concorda que a empresa tem custos para transpor a água, que
319 deveriam ser ressarcidos, porque em muitas circunstâncias a água elevada não gera energia e
320 nem receita. A Sra. Aparecida Vargas comentou a sugestão de formalização do acordo por
321 convênio, como recomendou o Sr. Wilson. Entende a Secretária executiva do CEIVAP que
322 mesmo assim, haveria necessidade de deliberações. Em seguida questionou a representatividade
323 da Sra. Elizabeth, alegando que ela não é apenas representante da CEDAE como transpareceu, e
324 sim, de todas as empresas de saneamento do país, em nome da AESBE. A Sra. Elizabeth
325 reconheceu que às vezes erra ao manifestar-se, confundindo a sua representação. Voltou a
326 argumentar que o pacto proposto está perfeito, mas em termos dos aspectos legais existem
327 questionamentos. Sobre a Lei 4.247 registrou que a própria CEDAE manifestou-se contrária à
328 mesma, tendo inclusive solicitado à Procuradoria Geral do Estado parecer sobre sua legalidade
329 ou não. Admitiu que a dívida existe, caso não haja inconstitucionalidade da Lei, os débitos da
330 CEDAE existentes terão que ser equacionados. A Conselheira Patrícia Boson sugeriu que o
331 encaminhamento deve ser favorável com a ressalva de ser uma solução provisória, ou seja, um
332 acordo aprovado por meio de uma deliberação, como o Sr. Gualter recomendou o
333 encaminhamento da matéria para a CTIL analisar os aspectos institucionais e legais. No mesmo
334 sentido, o Conselheiro Francisco Lobato recomendou o encaminhamento da proposta de
335 resolução com os condicionamentos sugeridos. Como sugestões e emendas à proposta de
336 resolução encaminhada pela ANA anexa à NT002, ficou assim estabelecido: Seriam acrescidos
337 dois novos considerandos, mencionando o acordo firmado e seus aspectos provisórios e
338 transitórios, e um outro considerando, mencionando o artigo 5º da deliberação CEIVAP nº
339 15/2002. Com as emendas registradas, a proposta de resolução seria enviada a todos para análise,
340 sugestões adicionais e validação. Encerrando a reunião, foi solicitado pela Conselheira Patrícia
341 Boson que fossem remetidos a todos os substitutivos elaborados por ela para a proposta de
342 resolução relacionada às Prioridades para Aplicação dos Recursos da Cobrança no momento em
343 tramitação na CTCOB, solicitou ainda que simultaneamente, fosse encaminhado parecer sobre o
344 assunto elaborado pela Sra. Maria Luísa Werneck. O Sr. Enéas, representando o Conselho
345 Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, convidou a CTCOB para realizar a próxima
346 reunião no seu Estado, bem como a Sra. Maria Aparecida Vargas mencionou que gostaria de
347 realizar uma reunião da CT na bacia do Rio Paraíba do Sul. O presidente anunciou que será
348 enviado pedido para sugestões de agenda da CT para o período 2006/2007, solicitou que todos
349 colaborassem enviando sugestões de temas para as futuras pautas das reuniões da Câmara, após,
350 a reunião foi encerrada às 17h30.

351

352 Ata aprovada na 45ª Reunião da CTCOB, realizada dia 08 de novembro de 2006.

353

354

Rodrigo Speziali de Carvalho
Presidente da CTCOB

355

356

357

Ednaldo Mesquita Carvalho
Relator da CTCOB

358